



PROCESSO N.º 43.350/05 (Dois Volumes e Doze Anexos)

APENSO N.º 030.004.343/2003

JURISDICIONADA: SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE-SES

EMENTA: Auditoria de Regularidade na SES autorizada por meio da Decisão 3.892/06 para verificar irregularidades descritas pelo PIP nº 08190.023488/03-91 impetrado pelo MPDFT. Improbidade Administrativa. Inexigibilidade de Licitação sem previsão legal. Irregularidades na Execução do Contrato. Acumulação Ilícita de Cargos Públicos. Diligência. Prazo vencido. Representação.

Senhor Diretor,

Tratam os autos da Auditoria de Regularidade N.º 2.0020.08, autorizada por meio da Decisão n.º 3.892, de 1º de agosto de 2006, com o escopo de apurar questões relacionadas ao Procedimento de Investigação Preliminar – PIP nº 08190.023488/03-91, instaurado pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT (fls. 32).

Na última apreciação dos autos foi proferida a Decisão nº 3939/2009 (fl. 456/457), nestes termos:

“O Tribunal [...] decidiu: [...] **II - determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que: a) apresente justificativas, no prazo de 30 (trinta) dias**, referentes às irregularidades apontadas pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT/PROSUS em Auditoria conjunta com o Departamento Nacional de Auditoria do SUS - DENASUS, conforme Notas Técnicas DC 002/2003, de 07.10.03 e DC EQT 1/2 - 027/2004, de 09.07.04; **b) verifique, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias**, a compatibilidade de horários entre as funções exercidas por servidores na Secretaria e as ocupações em outras organizações públicas ou privadas, conforme destacado no Achado 11, bem como o possível descumprimento do art. 117 da Lei nº 8.112/90, conforme indicado no Achado 08, inclusive em relação aos servidores constantes do quadro de fl. 404; **c) instaure, no prazo de 60 (sessenta) dias, procedimento administrativo específico, tomada de contas especial, tendo em vista o art. 1º, § 3º, da Resolução nº 102/98, para apuração e responsabilização, quanto:** (i) à diferença total de preços para equipamentos de fototerapia azul adquiridos da empresa "Olidef CZ Indústria e Comércio de Aparelhos Hospitalares Ltda.", em detrimento de proposta com valor inferior oferecida pela "Gigante Recém Nascido Ind. Com. e Representação Ltda." por meio da Tomada de Preços nº 77/2003; (ii) às irregularidades descritas no Achado 02, cujos prejuízos constam do Quadro 03; **d) encaminhe ao Tribunal os resultados obtidos dos procedimentos adotados, em face dos itens anteriores, nos respectivos prazos indicados; [...] V - autorizar a audiência**, com vistas à possível aplicação da multa prevista no inciso II do art. 57 da Lei Complementar nº 1/94, para que apresentem justificativas, no prazo de 30 (trinta) dias: a) dos servidores nomeados no parágrafo 47 de fl. 214, quanto aos fatos descritos no Achado 01; b) do servidor nomeado no parágrafo 76 de fl. 224, quanto aos fatos descritos no Achado 02; c) dos servidores nomeados no parágrafo 82 de fl. 225, quanto aos fatos descritos no Achados 02 e 03; d) dos servidores nomeados no parágrafo 92 de fl. 228, quanto aos fatos descritos no Achado 04; e) dos servidores nomeados no parágrafo 97 de fl. 229, quanto aos fatos descritos nos Achados 04 e 05; f) dos servidores nomeados no parágrafo 108 de fl. 233, quanto aos fatos descritos no Achado 06; [...]”

Foram chamados em audiência os servidores abaixo indicados:

Nome	Ofício nº	Data recebimento	Fl.
Erika Valeska dos Atnos Portes	088/2009-2ª ICE/aud.	27/07/09	461
Ornel Costa de Azevedo	089/2009-2ª ICE/aud.	-	462



Carlos Manoel Nascimento Pereira	090/2009-2ª ICE/aud.	29/07/09	464/465
Shárlon Marco Junqueira	091/2009-2ª ICE/aud. 103/2009-2ª ICE/aud.	- 28/08/09	467 482
Carlos Estevão Sivieri	092/2009-2ª ICE/aud.	28/08/09	468
Márcio Lúcio de Souza Bastos	093/2009-2ª ICE/aud. 102/2009-2ª ICE/aud.	- -	469 480
Valterdes de Carvalho Melo	094/2009-2ª ICE/aud.	31/07/09	471/472
Mércia Maria Fernandes de Lima Lira	095/2009-2ª ICE/aud.	27/07/09	473
ILderico José da Silva Lima	096/2009-2ª ICE/aud.	07/08/09	474/475
Agnaldo Antônio Abdalla	097/2009-2ª ICE/aud.	30/07/09	476/477
Paulo Roberto Nunes Ramos	098/2009-2ª ICE/aud.	-	478

Procedeu-se à análise da situação dos contratos da Secretaria de Saúde – SES com a empresa Schinkoeth e a verificação de vínculos societários ou empregatícios de servidores da referida Unidade com empresas contratadas (§ 5º, fls. 205).

2. Após a fiscalização indicada, por meio da Decisão n.º 8.263/08, o Tribunal resolveu:

2.“(...) II - com fundamento no art. 41, § 2º, da LC nº 01/94, encaminhar cópia do Relatório da Auditoria nº 2.0020.08 à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES, para que, em 60 (sessenta) dias, apresente as considerações que entender pertinentes, informando, inclusive, sobre a adoção de medidas sugeridas naquele Relatório ou sobre a perda de objeto, em face de alterações porventura já implementadas;” (fls. 292)

3. Os documentos mencionados na Decisão foram recebidos na SES em 18.12.08. No entanto, a Jurisdicionada não apresentou considerações sobre o Relatório da Auditoria (fls. 293).

4. Acrescenta-se que, conforme menciona o parágrafo 149 do Relatório da Auditoria de Regularidade n.º 2.0020.08, fls. 243, em 08.08.08, já havia sido encaminhada à SES/DF, por meio da Nota de Auditoria n.º 06-43.350/05, a Matriz dos Possíveis Achados da Auditoria, com o objetivo de obter daquela Pasta o posicionamento, as justificativas e as informações relativas às medidas adotadas pela Administração acerca dos problemas detectados, não sendo obtido resposta da Jurisdicionada (fls. 243).

5. Diante disso sugere-se ao Egrégio Plenário a adoção das medidas propostas às fls. 247/249. **(Sugestão II)**

Dos Ofícios do Ministério Público de Contas do Distrito Federal – MPC/DF



6. Acostou-se aos autos o Ofício n.º 086/2009-PG, da Procuradora-Geral do MPC/DF, e os Ofícios n.ºs 599 e 768/2008-PG, com outros documentos anexos oriundos da SES, que guardam pertinência com estes autos (fls. 296, 297 e 324 a 380).
7. Referidos documentos foram retirados do Processo n.º 10070/05 e juntados a estes autos, recebendo nova numeração. Tratam de denúncias de vínculos de coordenadores de áreas técnicas e executores de contratos da SES com empresas contratadas.
8. O Ministério Público da União/Promotoria de Justiça e Defesa da Saúde – PROSUS apresentou questionamentos à SES acerca dessas denúncias quanto a vínculos de servidores da SES, Coordenadores e Executores de Contrato, com empresas contratadas (fls. 328).
9. Segundo a denúncia, o servidor Sérgio Raimundi Cavechia, Coordenador de Nefrologia da SES, responsável pela atestação de notas fiscais, seria cotista da empresa SEANE – SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA CLÍNICA E NEFROLÓGICA (CNPJ 01619412000177) (fls. 329).
10. A Secretaria apresentou declarações de Coordenadores de Áreas Técnicas em que afirmam não possuírem vínculos com empresas que prestam serviços à Secretaria (fls. 332/380).

Dos Levantamentos Efetuados

11. Em consulta efetuada ao Sistema CNPJ da Rede Serpro, na data de ontem, 16.04.09, foram constatados vínculos societários com organizações privadas de servidores listados como Coordenadores de áreas técnicas da SES (fls. 382/400). Veja o resultado do levantamento processado desta feita:

Quadro 01: Servidores com Registro de Sócio-Gerência no Sistema CNPJ

Servidor	CPF	CNPJ	Empresa
OSORIO LUIS RANGEL DE ALMEIDA	000.495.491-20	04.580.348/0001-56	DATA COR TELEMEDICINA E INFORMATICA S/C LTDA
AVELAR DE HOLANDA BARBOSA	010.171.281-20	05.749.448/0001-26	CAPAS CAPACITACAO PROFISSIONAL NA AREA DA SAUDE LTDA
ERNANE PIRES MACIEL	380.151.531-15	06.096.412/0001-53	LIQUOR - LABORATORIO E CLINICA NEUROLOGICA S/S LTDA
MARIA CRISTINA LANCIA CURY FERES	062.614.148-66	10.622.654/0001-00	CRISTINA CURY ESPEC. MEDICAS LTDA
ROSANA PERES RABELLO	262.513.610-34	03.103.332/0001-90	RENASCER-SOCIEDADE DE ANESTESIOLOGIA E GINECOLOGIA S/C
PAULO HENRIQUE RAMOS FEITOSA	907.660.674-91	02.593.032/0001-73	CARDIO PULMONAR CENTRO DE DIAGNOSTICOS E TRATAMENTO DAS
DIDIMO CARVALHO TELES	087.009.311-87	01.602.606/0001-60	UROCENTRO CENTRO UROLOGICO DE BRASILIA LTDA
		04.241.910/0001-17	ULTRA CENTRO - CENTRO DE IMAGEM E DIAGNOSTICO ULTRASONOGRAFIA
ELZA MARIA DOS SANTOS	209.577.186-91	08.334.463/0001-00	CLINACCOR - CLINICA DE ACUPUNTURA E CARDIOLOGIA
BAELON PEREIRA ALVES	114.175.011-20	24.931.727/0001-50	VITAE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
		02.850.277/0001-39	CENTRO DE VIDEO CIRURGIA E CIRURGIA GERAL LTDA
HELIO BUSON FILHO	150.005.161-68	03.005.712/0001-91	HOSPITAL DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE DE BRASILIA S/C LTDA
		37.992.468/0001-10	INFANTUS - CLINICA E CIRURGIA DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE
LUCIANO ROCHA	144.026.531-34	03.756.807/0001-47	L.A - CLINICA MEDICA LTDA
FLAVIO HAYATO EJIMA	276.098.121-53	00.537.944/0001-00	CLINICA DE CIRURGIA GERAL E



		01.012.522/0001-76	PROCTOLOGICA S/C
			CENDOSCOPIA CENTRO DE ENDOSCOPIA DIGESTIVA LTDA
EMMANUEL CICERO DIAS CARDOSO	117.031.211-04	26.965.442/0001-66	CEMEP - CENTRO ESPECIALIZADO DE MEDICINA PREVENTIVA LTDA
RICARDO CASTANHEIRA DE CARVALHO	153.622.991-15	04.792.211/0001-65	PRO-OFTALMO CLINICA DE OLHOS LTDA
ROSALY FERREIRA RULLI COSTA		04.363.087/0001-12	VIVER MULHER CENTRO DE DIAGNOSTICO LTDA
PAULO HENRIQUE ALVES SOARES	806.569.001-72	03.989.821/0001-90	CEON - CENTRO ONCOLOGICO LTDA
SÉRGIO RAIMUNDI CAVECHIA	288.363.916-72	05.469.171/0001-88	CLINICA DO RIM DE AGUAS LINDAS - LTDA

Fonte: Rede Serpro, fls. 382/400 , Pesquisa em 16.04.09.

12. Dos 35 (trinta e cinco) servidores listados como coordenadores de áreas técnicas (fls. 334/335), 17 (dezesete) são sócios-gerentes de empresas privadas. Desses, 11 (onze) já constam dos levantamentos do Anexo XI, referentes ao Achado 08 do Relatório da Auditoria de Regularidade n.º 2.0020.08, procedida anteriormente nestes autos.

13. Verifica-se que servidores que agora figuram no Quadro anterior não foram identificados quando da Auditoria exordial. Para aquela fiscalização já haviam sido registrados os critérios para o cruzamento das respectivas bases de dados e a limitação temporal dos trabalhos (§123, fls. 237).

14. Consulta ao Sistema de Controle Externo do Tribunal - SISCOEX, em 16.04.09, indicou que não há registros de empenhos emitidos em nome das empresas constantes do Quadro anterior.

15. Quanto ao servidor Sérgio Raimundi, registros do Sistema CNPJ, em 16.04.09, demonstram sua exclusão da base de sócios da empresa SEANE – SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA CLINICA E NEFROLÓGICA (CNPJ 01619412000177) em 20.08.07. Segundo o SISCOEX, em 16.04.09, referida empresa recebe recursos da SES (fls. 390).

16. Com relação ao exercício de gerência em organizações privadas por servidores da SES, irregularidade de natureza similar foi tratada no Achado 08 do Relatório da Auditoria de Regularidade n.º 2.0020.08. Naquele Relatório fez-se constar que o art. 117 da Lei n.º 8.112/90, aplicável ao Distrito Federal, nos termos da Lei n.º 197/01, veda a atividade de gerência ou de administração em empresa privada (fls. 237).

17. Cabe repisar que o TCDF, por meio da Decisão n.º 42, de 20.07.06, já havia determinado à SES que:

“b.4) alerte a todos os servidores de que, nos termos 117, X, da Lei n.º 8.112/90, é vedada a participação de servidores em gerência ou administração de empresas privadas, de sociedades civis ou não exercem o comércio, exceto na qualidade de acionista, ou comanditário;”

18. Sugeriu-se, naquele Achado 08, que as irregularidades fossem apuradas em Processo Administrativo Disciplinar, nos termos do art. 143 da Lei n.º 8.112/90, ainda, tendo em vista o disposto no art. 132 da referida Norma. Quanto aos novos servidores, com registro de sócios-gerentes, constantes do Quadro anterior, cabe determinar à SES que inclua as novas situações nos respectivos Processos Administrativos Disciplinares a serem instaurados (fls. 247/249). **(Sugestão II)**

19. Considerando que as situações assemelhadas às descritas nos Achados do Relatório da Auditoria de Regularidade n.º 2.0020.08 podem estar ocorrendo em todos os órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal, sugere-se recomendar ao Órgão Central de Controle Interno do Distrito Federal que, periodicamente, efetue fiscalizações por meio de cruzamento de bases de dados, buscando sanar irregularidades de natureza similar. **(Sugestão III)**

20. Para tanto, cópias deste Processo devem ser fornecidas às Jurisdicionadas em cena. **(Sugestão IV)**



SUGESTÕES

21. Ante o exposto, sugere-se ao Egrégio Plenário:

- I. tomar conhecimento:
 - a) dos documentos de fls. 295/406;
 - b) dessa Informação de n.º15/2009.
- II. determinar à Secretaria de Estado de Saúde que adote as medidas indicadas às fls. 247/249, inclusive para os servidores listados no Quadro 01 desta Instrução;
- III. recomendar à Secretaria de Ordem Pública, Social e de Controle Interno do Distrito Federal que, periodicamente, efetue, em todo o GDF, fiscalizações por meio de cruzamento de Bases de Dados, buscando sanar irregularidades de natureza similar às elencadas no Relatório da Auditoria de Regularidade n.º 2.0020.08;
- IV. encaminhar à Secretaria de Estado de Saúde e à Secretaria de Ordem Pública, Social e de Controle Interno do Distrito Federal cópias desta Instrução e dos documentos relacionados nas Sugestões do Relatório da Auditoria de Regularidade n.º 2.0020.08.

À superior consideração.

Divisão de Auditoria, em 17.04.09.

AFCE/Mat. 632-7

À consideração superior.
Em 03 de junho de 2009.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
GABINETE DO INSPETOR

[e-DOC 579D4BC8](#)

Proc.: 43.350/05

Rubrica

Sudário Luiz H. Menezes
AFCE